

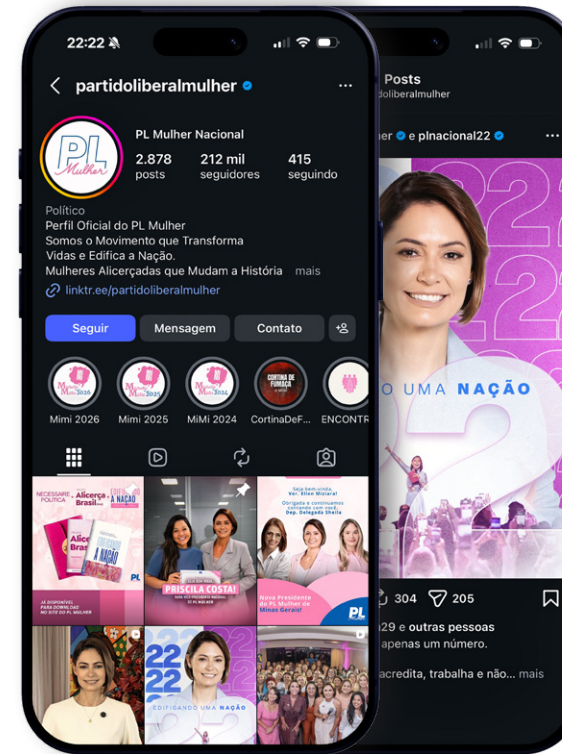
O Guia das Mulheres Imparáveis

para Emitir Opiniões Fortes, Influenciar Pessoas e Crescer na Internet Sem Medo de Processos



PL *Mulher*

OLÁ, QUERIDAS ALICERÇADAS!



Sejam bem-vindas ao seu manual de segurança digital. Este **Guia-Rápido** foi projetado para transformar você em uma influenciadora que domina as regras do jogo.

Aqui, você aprenderá a usar sua voz com autoridade e assertividade, baseada na lei, e a se proteger de quem tentar impedir suas manifestações e atrapalhar o seu crescimento com ameaças de processos.



JÁ DISPONÍVEL
PARA DOWNLOAD

PROJETO
**Alicerça
Brasil** (PAB)



BAIXE ESCANEANDO
O QRCODE ACIMA

PL Mulher

plmulher.org.br | partidoliberalmulher

7 / Tópico 1
O “print” é prova? Mensagens privadas e seus perigos

8 / Tópico 2
Opinião não é crime, mas tem limite

9 / Tópico 3
A chegada do Oficial de Justiça

10 / Tópico 4
Regras para o conteúdo pago (impulsionamento)

11 / Tópico 5
O uso de vídeos e fotos de terceiros

12 / Tópico 6
O mito do perfil anônimo

13 / Tópico 7
Crianças e adolescentes no conteúdo digital

14 / Tópico 8
Quando apagar um post é a melhor opção?

15 / Tópico 9
Sou responsável pelos comentários dos meus seguidores?

16 / Tópico 10
As três armadilhas: calúnia, injúria e difamação

17 / Tópico 11
Ironia e sátira na política

18 / Tópico 12
Como coletar provas que valem em juízo

19 / Tópico 13
Gravação de ligações e reuniões

20 / Tópico 14
O que é uma notificação extrajudicial?

21 / Tópico 15
Direito de resposta no seu perfil de rede social

22 / Tópico 16
Críticas às instituições (STF, Congresso, Igrejas etc)

23 / Tópico 17
O perigo dos “mutirões” de ataque

24 / Tópico 18
Responsabilidade Civil (o bolso é quem sofre)

25 / Tópico 19
Exposição de dados pessoais (Doxxing)

26 / Tópico 20
Liberdade de expressão vs. discurso de ódio

27 / Tópico 21
Posts sobre processos que ainda estão correndo

28 / Tópico 22
O uso de fotos e vídeos de eventos públicos

29 / Tópico 23
Responsabilidade por “reposts” e compartilhamentos

30 / Tópico 24
O perigo do “cancelamento” coordenado

31 / Tópico 25
Bloquear usuários no seu perfil

32 / Tópico 26
Quanto tempo depois de um post posso ser processada?

33 / Tópico 27
O papel da Defensoria Pública: Uma possível aliada

34 / Tópico 28
Transmissões ao vivo (lives) e risco imediato

35 / Tópico 29
Identificação de “fake news” e desinformação

36 / Tópico 30
Crimes de internet e a Polícia Civil

37 / Tópico 31
Como funciona o Direito ao Esquecimento

38 / Tópico 32
Contratos com agências e marcas

EDIFICANDO A NAÇÃO

Sobre bases e valores.



Tudo o que você precisa saber sobre formar bases sólidas e ter conhecimento para edificar uma Nação mais próspera, verdadeiramente justa e com mais igualdade e oportunidade para todos.



Assim como uma **“Necessaire Política”** é um material elaborado com muito zelo, carinho e atenção para você, mulher do Partido Liberal, nos cuidados de sua atividade política.



Ela contém um conjunto de orientações, sugestões e estratégias. Escaneie o QR code e baixe nosso material.

Acessibilidade em Libras

Através da Libras, garantimos que a comunidade surda compreenda seus direitos e participe ativamente da construção de um país mais justo e sem barreiras de comunicação.

Com esta Cartilha, o PL Mulher reafirma seu compromisso

firme e permanente com acessibilidade e inclusão das pessoas surdas.



Vamos ampliar as políticas e as iniciativas acessíveis, promover respeito à diversidade linguística e fortalecer oportunidades para que a comunidade surda tenha voz, representação e protagonismo.



Escaneie o QR CODE e acesse a cartilha.



TÓPICO / 1

O “print” é prova? O perigo das mensagens privadas

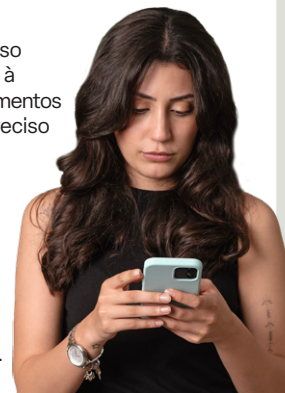
Pergunta: Posso postar um “print” de uma conversa de WhatsApp ou de um Direct para expor alguém?

Resposta: **Muita cautela.** A justiça brasileira entende que conversas privadas são protegidas pelo sigilo. Se você expõe uma conversa sem a autorização da outra pessoa, você pode ser processada por danos morais, mesmo que o que tenha sido dito seja verdade. A exceção ocorre quando a exposição é feita para se defender de um crime ou quando há um interesse público muito claro.



• **Onde está na lei:** Artigo 5º, inciso X da Constituição Federal (direito à intimidade e privacidade) e entendimentos recentes tratam dessa pauta. É preciso ter muito cuidado para não violar a intimidade da pessoa.

• **Exemplo na prática:** Se um seguidor **te ofender no Direct** e você posta o print com o nome e a foto dele para seus seguidores, ele pode te processar por exposição indevida da privacidade.



Se você expõe uma conversa sem a autorização da outra pessoa, **você pode ser processada por danos morais**, mesmo que o que tenha sido dito seja verdade.

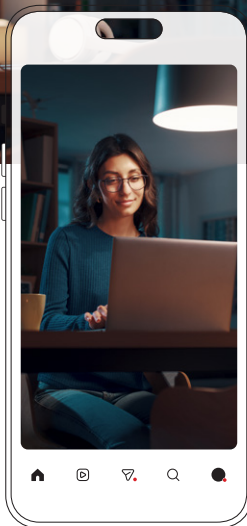
Opinião não é crime, mas tem limite



Enquanto a opinião é protegida, a acusação precisa ser provada.

Pergunta: Existe diferença entre dar minha **opinião** e fazer uma **acusação**?

Resposta: Sim, e essa é a linha que define se você será processada ou não. Opinião é um juízo de valor (“**Eu acho o trabalho desse político péssimo**”). Acusação é imputar um fato criminoso (“**Esse político desviou dinheiro da merenda**”). Enquanto a opinião é protegida, a acusação precisa ser provada.



• **Onde está na lei:** Artigo 5º, inciso IV da Constituição Federal (livre manifestação do pensamento).

• **Exemplo na prática:** Você pode dizer que “**não gosta da postura de uma empresária**”, mas não pode dizer que “ela sonega impostos” sem ter uma sentença judicial que confirme isso.

A chegada do Oficial de Justiça



Pergunta: Recebi uma intimação judicial por causa de um post. O que eu faço agora?

Resposta: O primeiro passo é o silêncio estratégico. Não poste sobre a intimação e não responda à outra parte pelas redes sociais. **Prazos judiciais são sagrados.** Se você for intimada, você tem um tempo curto para apresentar sua defesa.

• **Onde está na lei:** Código de Processo Civil (regras sobre prazos de defesa e citações).

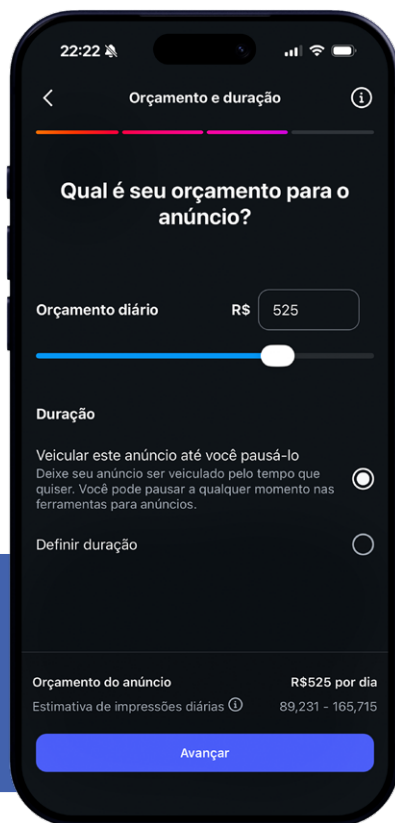
• **Exemplo na prática:** Se você receber um oficial de justiça em casa, **receba o documento educadamente, assine o ciente e envie imediatamente uma foto do documento para um advogado** ou para a Defensoria Pública.

O primeiro passo é o silêncio estratégico. Não poste sobre a intimação e não responda à outra parte pelas redes sociais.

Regras para o conteúdo pago (impulsioneamento)

Pergunta: Posso pagar para minhas postagens de opinião chegarem a mais pessoas?

Resposta: Sim, mas se o conteúdo envolver críticas políticas ou temas eleitorais, as regras mudam. As plataformas exigem que seja colocado um rótulo de “anúncio político” e o CPF/CNPJ de quem pagou deve ser público. O impulsioneamento irregular em período eleitoral pode gerar multas pesadas.



• **Onde está na lei:** Lei das Eleições (Lei 9.504/97) e resoluções do TSE sobre propaganda na internet.

• **Exemplo na prática:** Durante um período eleitoral, se você pagar para promover um vídeo criticando um candidato sem seguir as regras da plataforma, **seu perfil pode sofrer sanções judiciais.**

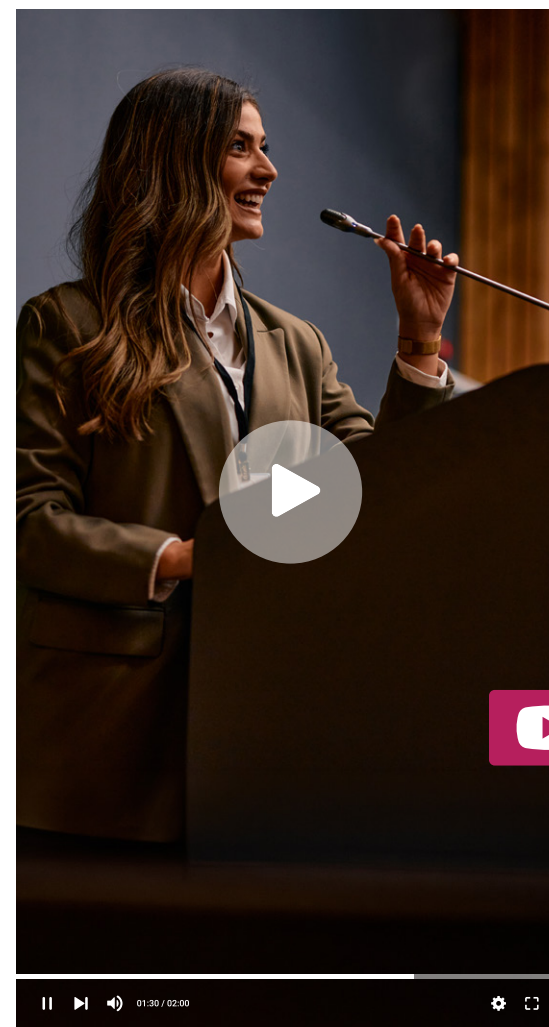


Impulsioneamento irregular em período eleitoral pode gerar multas pesadas.

O uso de vídeos e fotos de terceiros

Pergunta: Posso pegar um vídeo de um jornal ou de outro influenciador e postar no meu perfil?

Resposta: Sim, desde que seja para fins de crítica, comentário ou notícia, e você deve sempre citar a fonte. O que você não pode é usar a imagem de alguém para ganhar dinheiro diretamente (por exemplo vender um produto ou ideia) sem autorização.



Você deve sempre **citar a fonte.**

• **Onde está na lei:** Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98), especificamente o Artigo 46, que permite citações e passagens de obras para fins de crítica.

• **Exemplo na prática:** Você pode postar um trecho de uma entrevista de um ministro para comentar o que ele disse. **Você não pode usar a foto** desse ministro para estampar uma camiseta e vendê-la.



O mito do perfil anônimo

Pergunta: Criar um perfil sem meu nome ou foto me protege de processos?

Resposta: Não. O anonimato é proibido pela Constituição. A justiça tem ferramentas para rastrear o endereço IP de onde a postagem foi feita e identificar o dono do celular ou computador.

O anonimato é proibido pela Constituição.



- **Onde está na lei:** Artigo 5º, inciso IV da Constituição Federal (“...sendo vedado o anonimato”).
- **Exemplo na prática:** Se alguém criar um perfil de fofoca anônimo para atacar você, **seu advogado pode entrar com uma ação** para que o Instagram forneça os dados de criação dessa conta.



Crianças e adolescentes no conteúdo digital

Pergunta: Posso postar imagens de crianças em situações de vulnerabilidade ou em manifestações?

Resposta: Evite ao máximo.

A proteção à imagem da criança é prioridade absoluta na lei brasileira. Mesmo que a intenção seja ajudar ou denunciar, você pode ser punida por expor a criança.



A proteção à imagem da criança é prioridade absoluta na lei brasileira.

- **Onde está na lei:** Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei 8.069/90.
- **Exemplo na prática:** Se você filma uma criança chorando na rua para fazer uma crítica social, e não toma os devidos cuidados para obtenção de autorização dos pais e de desidentificação da criança (desfoque do rosto, tarja nos olhos, autorização dos responsáveis), **os pais ou o Ministério Público podem exigir a retirada do vídeo e indenização.**

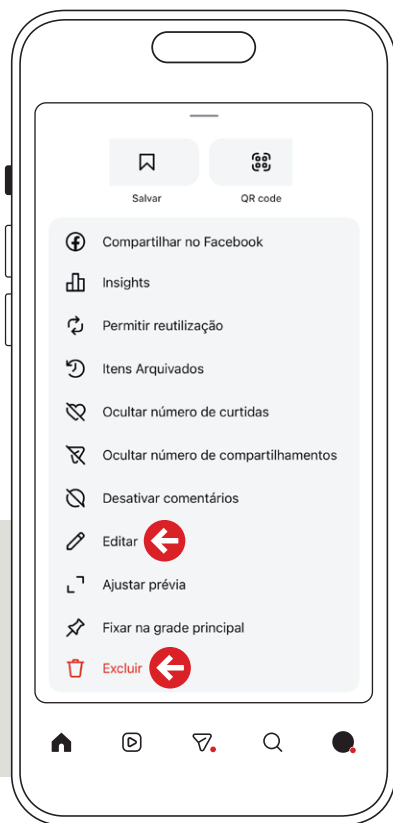
Quando apagar um post é a melhor opção?

Pergunta: Percebi que postei uma informação errada. Devo apagar ou corrigir?

Resposta: Ambos. Se você cometeu um erro de fato, apague o conteúdo o mais rápido possível e faça uma postagem corretiva (errata). Isso demonstra “boa-fé”. Se um juiz vir que você tentou consertar o erro rapidamente, a chance de uma condenação financeira diminui muito.



Se um juiz vir que você tentou consertar o erro rapidamente, a chance de uma condenação financeira diminui muito.



• **Onde está na lei:**
Código Civil, Artigo 944 (o valor da indenização deve ser proporcional ao tamanho do dano causado).

• **Exemplo na prática:**
Você postou que uma loja faliu, mas era mentira. Ao apagar e pedir desculpas publicamente, você interrompe o prejuízo que a loja teria e **mostra que não teve intenção de destruir o negócio.**

Sou responsável pelos comentários dos meus seguidores?

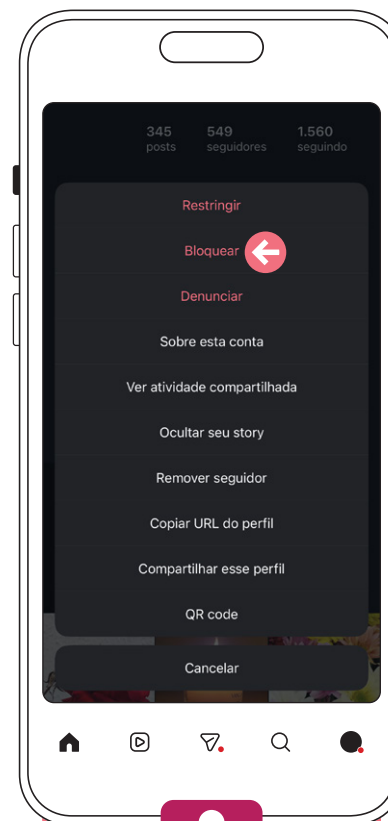


Pergunta: Se alguém postar um crime ou ofensa nos comentários do meu post, eu posso ser processada?

Resposta: Sim, se você for notificada ou perceber a ofensa e não fizer nada. Como administradora da página, você tem o dever de moderar o espaço. Comentários que incitam violência ou são criminosos devem ser printados, denunciados e apagados.

• **Onde está na lei:**
Marco Civil da Internet (Lei 12.965/14) e jurisprudência dos tribunais.

• **Exemplo na prática:**
Se no seu post alguém começa a proferir ataques racistas contra outra pessoa, **você deve apagar os comentários e, se possível, bloquear o usuário agressor.**



Como administradora da página, **você tem o dever de moderar o espaço.**



As três armadilhas: calúnia, injúria e difamação

Pergunta: Quais são as palavras e ações que mais **geram processos criminais**?

Resposta: São aquelas que implicam em **“Crimes contra a Honra”**.

1/ Calúnia: Dizer que alguém cometeu crime (ex.: **“fulano roubou”**).

2/ Difamação: Atacar a reputação (ex.: **“fulana trai o marido”**).

3/ Injúria: Ofender a dignidade com xingamentos (ex.: chamar alguém de **“burro”** ou **“lixo”**).

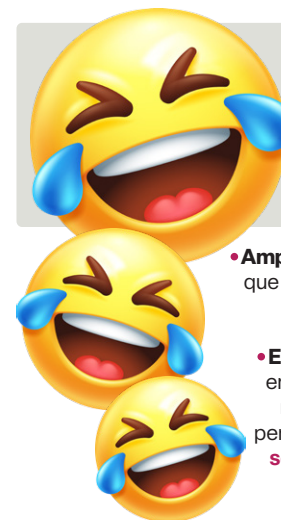
• **Onde está na lei:** Artigos 138, 139 e 140 do Código Penal.

• **Exemplo na prática:** Em vez de chamar um gestor de “ladrão”, diga que **“há sérias suspeitas sobre a aplicação dos recursos sob sua gestão”**.

Ironia e sátira na política

Pergunta: Posso fazer **piadas** ou usar **ironia** com políticos?

Resposta: Sim. O humor é uma ferramenta legítima de crítica política. A justiça costuma proteger o direito ao deboche, desde que ele não atinja a vida íntima ou a honra pessoal básica do indivíduo de forma desproporcional.



A justiça costuma proteger o direito ao deboche, desde que ele não atinja a vida íntima ou a honra.

• **Amparo Legal:** Precedentes do STF que protegem o **“Animus Jocandi”** (intenção de brincar/satirizar).

• **Exemplo:** Criar uma montagem engraçada sobre uma promessa não cumprida de um prefeito é permitido. **Criar uma montagem sexualizada sobre ele é crime.**



Como coletar provas que valem em juízo

Pergunta: Alguém me atacou.

Como faço para o print ser aceito pelo juiz?

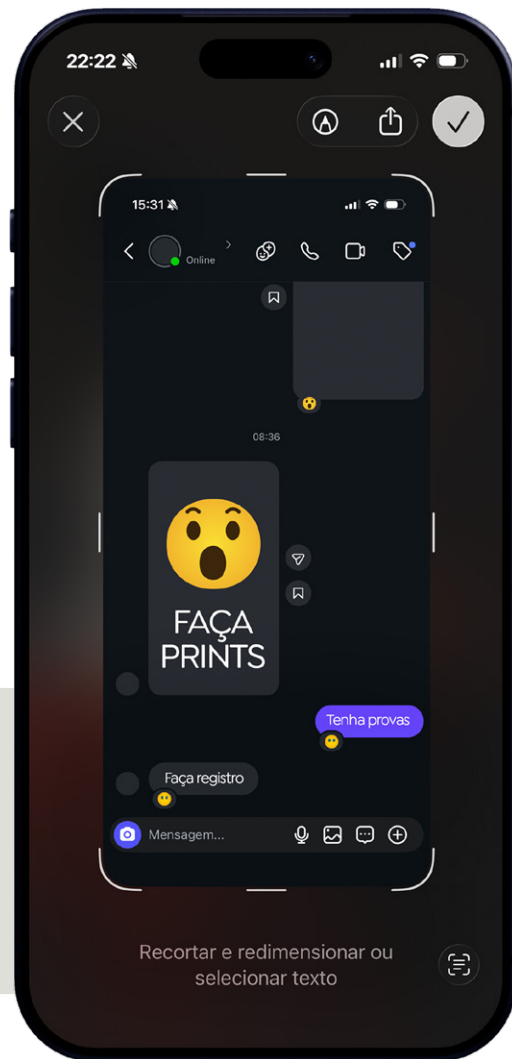
Resposta: Um print comum pode ser contestado. Para ter prova robusta, **use a “Ata Notarial” (feita em cartório)** ou plataformas digitais de registro de provas que certificam que aquele conteúdo realmente existiu em determinada data e URL.

• **Amparo Legal:**
Código de Processo Civil, Artigo 384.

• **Exemplo:** Se você sofrer ameaças graves, **não apenas tire o print; vá a um cartório de notas** e peça para o escrevente registrar o que ele está vendo na tela do seu celular.



Um print comum pode ser contestado.



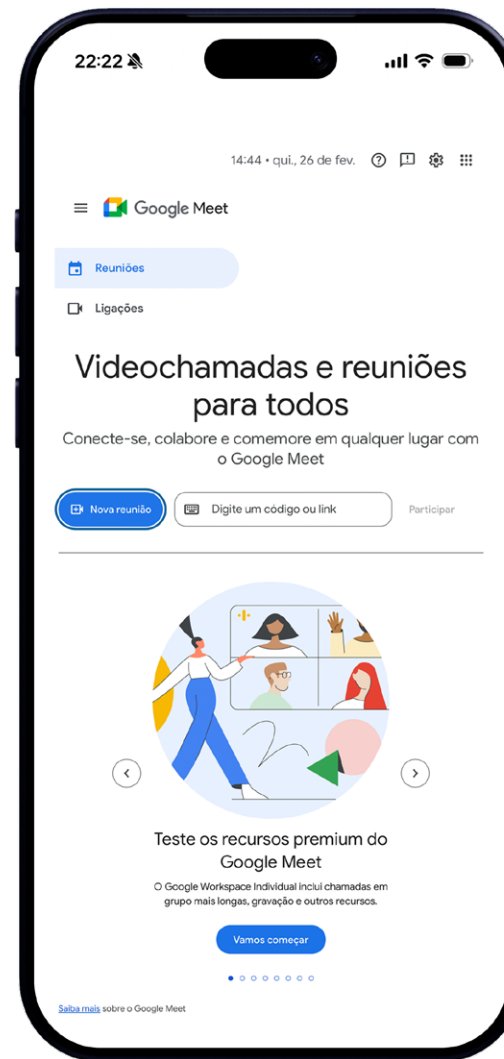
Gravação de ligações e reuniões

Pergunta: Posso gravar uma ligação telefônica e postar?

Resposta: **Você pode gravar** uma conversa da qual faz parte, mesmo sem avisar o outro. Porém, a divulgação dessa gravação só é permitida se houver um crime sendo cometido ou interesse público. Caso contrário, é violação de privacidade.

• **Amparo Legal:**
Entendimento do STF (Tema 237).

• **Exemplo:** Gravar um atendente te tratando mal para usar como prova num processo de consumidor é legal. **Gravar seu ex-namorado e postar no Reels para rir dele é ilegal.**



Só pode divulgar se houver crime ou interesse público; **senão, é violação de privacidade.**



O que é uma notificação extrajudicial?



Pergunta: Recebi um e-mail de um advogado pedindo para eu tirar um post. Sou obrigada?

Resposta: A notificação extrajudicial não é uma ordem judicial, é um “aviso”. Ela serve para tentar resolver sem processo. **Analise com um profissional e, se você realmente errou,** tirar o post agora evita que a pessoa entre na justiça e peça uma indenização cara.

A notificação extrajudicial não é uma ordem judicial, é um “aviso”.



• **Amparo Legal:** Código Civil (notificação como constituição em mora ou tentativa de conciliação).

• **Exemplo:** Uma marca pede para você apagar um post onde você usou a logo deles. **Se você apagar, o problema provavelmente morre ali.**

Direito de resposta no seu perfil de rede social



O “Direito de Resposta” é garantido por lei.

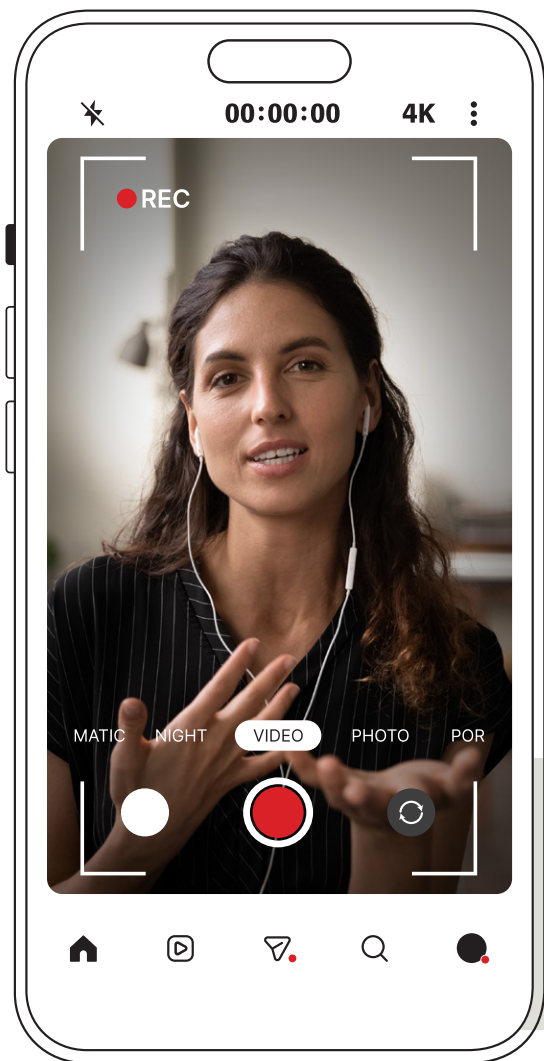
• **Amparo Legal:** Lei 13.188/2015.

• **Exemplo:** Se você postar que um médico cometeu um erro e a justiça provar que era mentira, **você poderá ter que postar a nota de esclarecimento do médico no seu feed, com a mesma visibilidade.**



Pergunta: A justiça pode me obrigar a **postar um texto de outra pessoa no meu perfil?**

Resposta: Sim, se você publicou algo falso ou ofensivo sobre alguém. O “Direito de Resposta” é garantido por lei e deve ter o mesmo destaque que a ofensa original teve.



Críticas à instituições (STF, Congresso, Igrejas etc)

Pergunta: Posso falar mal de instituições ou órgãos públicos?

Resposta: Sim. Críticas às instituições são fundamentais na democracia. Você não pode incitar a violência física contra os prédios ou os membros dessas instituições, ou pregar a sua destruição por meios ilegais.



Você não pode incitar a violência física.

• **Amparo Legal:** Artigo 5º da CF e Lei de Defesa do Estado Democrático de Direito.

• **Exemplo:** Dizer “O congresso é ineficiente” é livre. Dizer “Vamos invadir o congresso e bater nos deputados” é crime de incitação à violência.

O perigo dos “mutirões” de ataque

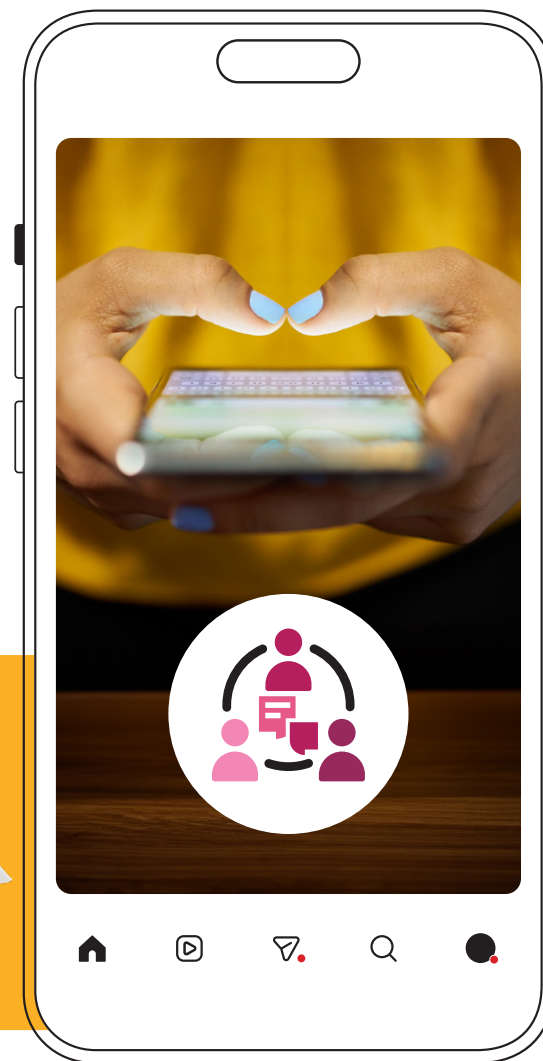
Pergunta: Posso pedir para meus seguidores irem ao perfil de alguém reclamar de algo?

Resposta: Cuidado. Se o mutirão resultar em ofensas em massa, ameaças ou “derrubada” indevida de contas, você, como líder da comunidade, pode ser responsabilizada por organizar o assédio digital.

• **Amparo Legal:** Artigo 186 do Código Civil (abuso de direito).

• **Exemplo:** Pedir para seguidores comentarem “Queremos respostas” num perfil de empresa é ok. Pedir para irem lá xingar a dona da empresa é assédio.

Você, como líder da comunidade, pode ser responsabilizada.



Responsabilidade Civil (o bolso é quem sofre)

Pergunta: Se eu perder um processo na Justiça, **o que acontece?**

Resposta: Na esfera cível, você será **condenada a pagar uma indenização** em dinheiro. O valor depende da gravidade da ofensa e de quantas pessoas viram o post. Além disso, pode ser obrigada a pagar os advogados da outra parte.

O valor depende da gravidade da ofensa.

• **Amparo Legal:** Artigo 927 do Código Civil.

• **Exemplo:** Um post que atinge 1 milhão de pessoas gera uma indenização muito maior do que um post que atingiu 100 pessoas.



Exposição de dados pessoais (Doxxing)

Pergunta: Posso postar o CPF ou o endereço de alguém que fez algo errado?

Resposta: Jamais. Isso se chama Doxxing e viola a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Expor dados privados de terceiros para gerar ataques é uma conduta gravíssima.



Expor dados privados de terceiros para gerar ataques.

• **Amparo Legal:** Artigo 927 do Código Civil.

• **Exemplo:** Postar a foto do documento de um político para denunciar uma fraude é arriscado; oculte sempre os dados sensíveis como CPF, endereço e número de telefone.



Liberdade de expressão vs. discurso de ódio



A liberdade de expressão **não protege o discurso de ódio.**



• **Amparo Legal:** Artigo 5º, inciso XLII da CF e Lei 7.716/89.

• **Exemplo:** Criticar uma religião é liberdade de crença. **Dizer que “seguidores daquela religião deveriam ser expulsos do país”** é crime de racismo/intolerância.

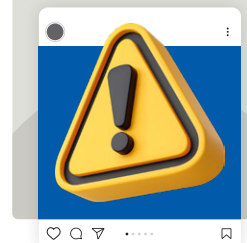
Pergunta: Existe algum assunto que eu nunca deva abordar?

Resposta: A liberdade de expressão não protege o discurso de ódio (ataques baseados em raça, religião, orientação sexual ou origem). Esses discursos são crimes inafiançáveis e podem levar à prisão.

Posts sobre processos que ainda estão correndo



Sim, desde que o processo não esteja em “**Segredo de Justiça**”.



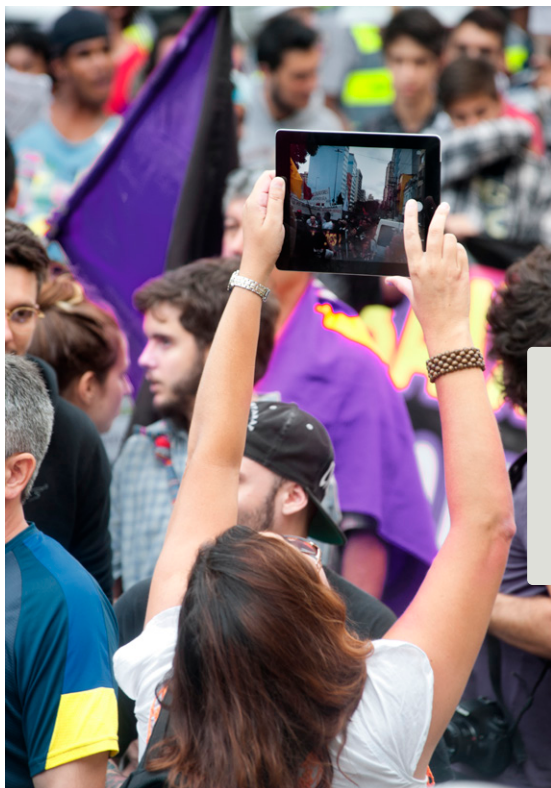
• **Amparo Legal:** Artigo 189 do Código de Processo Civil.

• **Exemplo:** Você pode postar que “**entrou com uma ação contra a empresa X**”. Mas se for um processo de pensão alimentícia em segredo de justiça, você não pode postar os detalhes da audiência.

Pergunta: Posso falar sobre um processo que eu movi contra alguém?

Resposta: Sim, desde que o processo não esteja em “Segredo de Justiça”. Se estiver em segredo (comum em casos de família ou envolvendo menores), você não pode dar detalhes, sob pena de crime de desobediência.

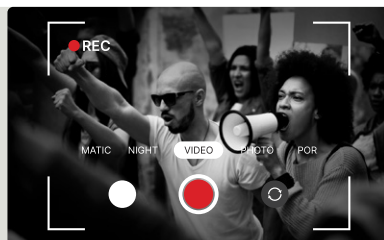
O uso de fotos e vídeos de eventos públicos



Pergunta: Estou numa manifestação e filmei alguém fazendo algo errado. Posso postar?

Resposta: Em locais públicos, a expectativa de privacidade é menor. Você pode postar vídeos de interesse público, **mas evite focar em pessoas** que não tenham relação com o fato principal de forma humilhante.

Em locais públicos, a expectativa de privacidade é menor.



• **Amparo Legal:** Artigo 20 do Código Civil (exceção para manutenção da ordem pública ou interesse social).

• **Exemplo:** Filmar a multidão em um protesto é permitido. Filmar uma pessoa específica que tropeçou e caiu para rir dela é violação de imagem.

Responsabilidade por “reposts” e compartilhamentos

Pergunta: Se eu apenas der “RT” ou compartilhar nos Stories o post de outra pessoa, eu posso ser processada?

Resposta: Sim. A justiça brasileira entende que quem ajuda a circular uma ofensa também é responsável pelo dano causado. Antes de compartilhar, verifique se informação é real.

Quem ajuda a circular uma ofensa **também é responsável pelo dano.**



• **Amparo Legal:** Artigo 942 do Código Civil (responsabilidade solidária).

• **Exemplo:** Se um perfil grande posta uma mentira e você compartilha para seus 50 mil seguidores, você ajudou a prejudicar a reputação daquela pessoa e **pode ter que pagar parte da indenização.**



O perigo do “cancelamento” coordenado

Pergunta: O que acontece se eu liderar um movimento para “cancelar” uma marca?

Resposta: Se a crítica for baseada em fatos (ex.: o produto é ruim), é um direito do consumidor. **Se for um movimento baseado em mentiras para quebrar a empresa, você pode ser processada** por lucros cessantes e danos à imagem da empresa.



Você pode ser processada por lucros cessantes e danos à imagem da empresa.

• **Amparo Legal:** Código de Defesa do Consumidor e Código Civil.

• **Exemplo:** Você pode postar: “**Não comprem nessa loja porque o atendimento é péssimo**”. Você não pode postar: “Vamos todos denunciar o perfil da loja até eles perderem a conta”.



Bloquear usuários no seu perfil

Pergunta: Posso bloquear quem eu quiser nas minhas redes?

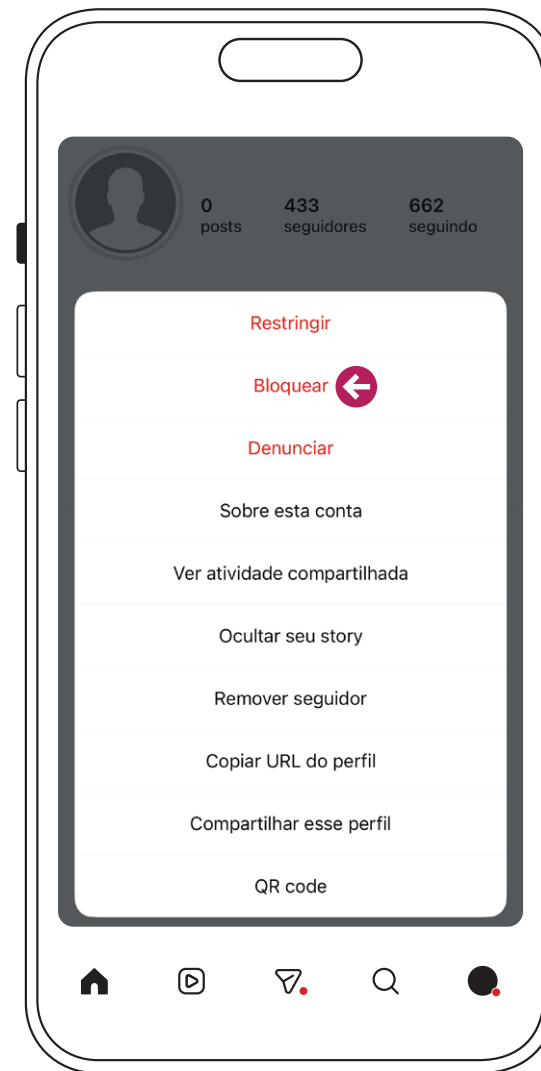
Resposta: Em perfis pessoais e privados, **sim**. Em perfis de políticos ou órgãos públicos, há discussões judiciais sobre isso, pois o cidadão tem direito ao acesso à informação. Para uma influenciadora comum, o bloqueio é uma ferramenta de gestão de comunidade permitida.



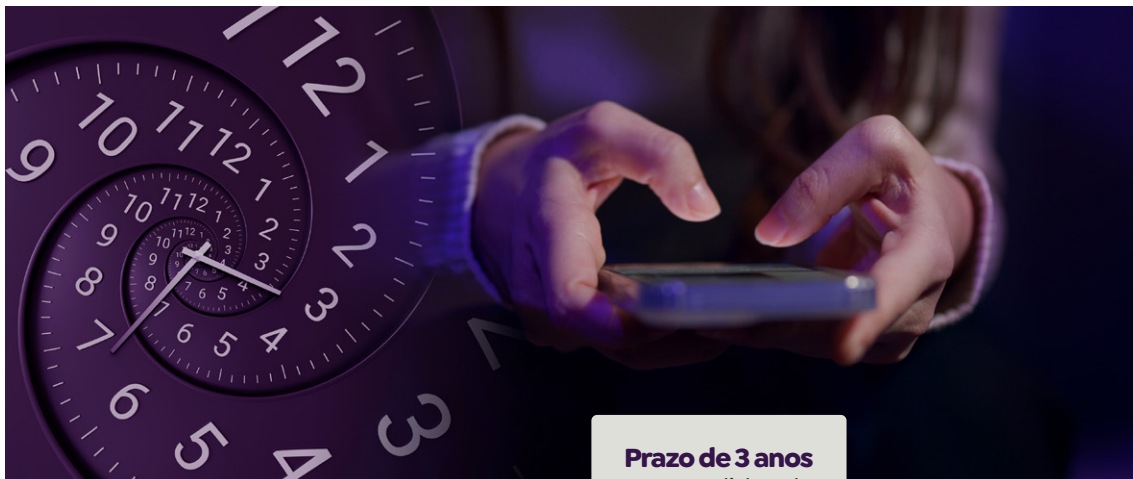
Para uma influenciadora comum, o bloqueio **é uma ferramenta de gestão**.

• **Amparo Legal:** Termos de Uso das Plataformas e Direito de Propriedade Digital.

• **Exemplo:** Se um usuário vive fazendo comentários tóxicos, **você tem o direito total de bloqueá-lo para manter a saúde do seu perfil**.



Quanto tempo depois de um post **posso ser processada?**



Pergunta: Fiz um post há dois anos. Ainda corro risco?

Resposta: Sim. O prazo geral para **pedidos de indenização (esfera cível)** é de 3 anos. Na esfera criminal (injúria, por exemplo), a pessoa tem 6 meses para te processar a partir do dia em que ela descobre o post.

Prazo de 3 anos para pedidos de indenização na esfera cível.



• **Amparo Legal:** Artigo 206 do Código Civil e Artigo 103 do Código Penal.

• **Exemplo:** Se você ofendeu alguém em 2023, **essa pessoa tem até 2026 para pedir indenização na Justiça.**

O papel da Defensoria Pública: Uma possível aliada



Pergunta: Não tenho dinheiro para pagar um advogado, o que eu faço se for processada?

Resposta: Procure a Defensoria Pública do seu estado. **Eles oferecem assistência jurídica gratuita** para quem não pode pagar. Ninguém fica sem defesa no Brasil.

Defensoria Pública oferece **assistência jurídica gratuita.**



• **Amparo Legal:** Artigo 134 da Constituição Federal.

• **Exemplo:** Ao receber uma notificação judicial, se sua renda for baixa, **leve seus documentos à Defensoria e eles designarão um defensor para o seu caso.**



Transmissões ao vivo (lives) e risco imediato

Pergunta: Falar em uma live é mais seguro do que escrever um post?

Resposta: Pelo contrário, é mais arriscado, porque não dá para apagar o que já foi dito. O que você fala ao vivo tem o mesmo valor jurídico de um texto.



- **Amparo Legal:** Código Penal (os crimes de honra valem para qualquer meio de comunicação).
- **Exemplo:** Se você se empolga numa live e xinga uma autoridade, o vídeo gravado por qualquer seguidor serve como prova contra você.

Identificação de “fake news” e desinformação

Pergunta: Posso ser processada por postar uma notícia que recebi, mas que era mentira?

Resposta: Sim, especialmente se a mentira causar pânico ou prejudicar a saúde pública ou o processo eleitoral. O dever de cuidado com a verdade é de quem posta.



- **Amparo Legal:** Código Eleitoral e Lei de Contravenções Penais.
- **Exemplo:** Postar que “o hospital da cidade está infectado com uma bactéria mortal” sem ter certeza pode gerar processo por causar alarme falso.



Crimes de internet e a Polícia Civil

Pergunta: Além de processos cíveis, a polícia pode bater à minha porta?

Resposta: Sim, para casos criminais (ameaça, racismo, incitação ao crime). Existem delegacias especializadas em Crimes Cibernéticos que investigam condutas graves na rede.



LOADING...
Existem delegacias especializadas em Crimes Cibernéticos.

• **Amparo Legal:** Código de Processo Penal.

• **Exemplo:** Se você usar suas redes para organizar um ato de depredação de patrimônio, **a polícia pode investigar sua conta e apreender seus aparelhos.**



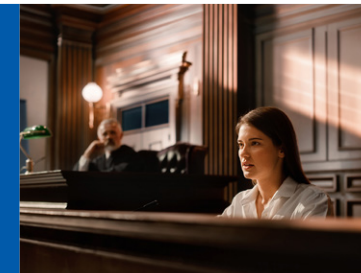
Como funciona o Direito ao Esquecimento

Pergunta: Posso pedir para alguém apagar um post antigo sobre mim?

Resposta: O “Direito ao Esquecimento” é um tema complexo, mas você pode pedir a retirada de conteúdos que não tenham mais interesse público e que servem apenas para te humilhar por um erro passado já resolvido.



A pessoa pode solicitar a retirada de conteúdos já resolvidos.



• **Amparo Legal:** Jurisprudência do STF.

• **Exemplo:** Se você foi absolvida de uma acusação há 10 anos, **pode pedir que sites retirem notícias que ainda te tratam como culpada.**

Contratos com **agências e marcas**

Pergunta: O que deve constar no meu contrato **sobre responsabilidade jurídica?**

Resposta: Sempre coloque uma cláusula dizendo que a marca é responsável pelo produto e que você é responsável pela sua opinião. Se a marca te mandar um roteiro que contenha uma mentira, você pode ser processada junto com ela.



Você pode ser processada se divulgar uma mentira enviada pela marca.

• **Amparo Legal:** Código Civil (Direito das Obrigações).

• **Exemplo:** Se uma agência te pede para dizer que um chá emagrece 10 kg em um dia, não diga. **Se alguém passar mal, você responderá por propaganda enganosa.**



O CHECKLIST **CERTEIRO** DE UMA INFLUENCIADORA

Antes de apertar o botão **“Publicar”**, faça três perguntas:

1

Eu tenho provas do que estou dizendo?

2

Eu estou atacando a ideia ou a pessoa?

(Foque na ideia)

3

Se um juiz ler isso amanhã, eu terei orgulho ou medo?

Mantenha este guia salvo e ao seu alcance.

Sua voz e suas ideias são as suas ferramentas mais poderosas. Cuide delas com técnica e segurança.



Vamos em frente, Imparáveis! Temos um Brasil inteiro para influenciar e transformar!



PL
Mulher

 plmulher.org.br  [partidoliberalmulher](https://www.instagram.com/partidoliberalmulher)

